

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
OS LIMITES E POSSIBILIDADES DAS SOLUÇÕES CONSENSUAIS NOS PROCESSOS ESTRUTURAIS: EXAME DO ANTEPROJETO À LUZ DO CPC E DO PROJETO DE LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA <i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho</i> AUTOR CONVIDADO	15
A NECESSÁRIA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL NO BRASIL E O PAPEL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA <i>Ministro Luis Felipe Salomão</i> <i>Luciano Oliveira de Moraes</i> AUTORES CONVIDADOS	43
A FORÇA VINCULANTE DAS DECISÕES DA CORTE ESPECIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA À LUZ DO ART. 927 DO CPC/2015 <i>Ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas</i> <i>Fernando Natal Batista</i> AUTORES CONVIDADOS	81
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O PAPEL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS <i>Ministro Marco Aurélio Bellizze Oliveira</i> AUTOR CONVIDADO	109
EXTENSÃO DA CLÁUSULA ARBITRAL EM CONTRATOS COLIGADOS: O JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL 1.834.338/SP <i>Ministro Marco Aurélio Bellizze Oliveira</i> AUTOR CONVIDADO	125

DEBATES ACERCA DO PRINCÍPIO DO DESTINO NA REFORMA TRIBUTÁRIA	159
<i>Ministro Teodoro Silva Santos</i>	
<i>Ana Flávia Borges Paulino</i>	
AUTORES CONVIDADOS	
A POPULARIZAÇÃO DOS JULGADOS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS A PARTIR DA COBRANÇA EM CONCURSOS PÚBLICOS	181
<i>Diego Lima Azevedo</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL 136/2025: NOVA DEFINIÇÃO DE CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR E SUPERAÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	205
<i>Fabricio do Vale Barretto</i>	
<i>Larissa Figueirêdo Belo</i>	
ARBITRAGEM E TERCEIROS NÃO SIGNATÁRIOS: LIMITES DA COMPETÊNCIA ARBITRAL NA PRODUÇÃO DE PROVAS: ANÁLISE DO RESP 2.048.065/SP	245
<i>Fernanda Mathias de Souza Garcia</i>	
E PUR SI MUOVE, O CORPO COMO EXPERIÊNCIA-LIMITE DO DISCURSO JURÍDICO: A PERSONALIDADE JURÍDICA NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	267
<i>Giovanni Costa D'Ávila</i>	
O VALOR PROBATÓRIO DOS DEPOIMENTOS PRESTADOS POR AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA EM SEDE JUDICIAL	305
<i>Larissa Rodrigues Pettengill</i>	
A PROTEÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA FAUNA NA FOZ DO RIO AMAZONAS/MARGEM EQUATORIAL	337
<i>Manoel Zeferino de Magalhães Neto</i>	
O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO E O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA REDAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS	367
<i>Oscar Valente Cardoso</i>	

A CAUTELARIDADE EXTREMA E O CRITÉRIO DA IRREVERSIBILIDADE: 393
REPENSANDO OS FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA NO
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Rudi Rigo Burkle

DESMITIFICANDO A LINGUAGEM JURÍDICA: SIMPLIFICAR SEM 419
BANALIZAR

Tadeu Luciano Siqueira Andrade

A INCONSTITUCIONALIDADE POR PROTEÇÃO DEFICIENTE NO 449
DELITO DE PORNOGRAFIA INFANTOJUVENIL: REFLEXOS DA LEI
15.280/2025 NOS DELITOS DA LEI 8.069/1990

Thiago Philip de Carvalho Cordeiro